



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALENQUER

(SANTO ESTÊVÃO E TRIANA)

(SESSÃO ORDINÁRIA)

ATA Nº.3/2025-2029

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco reuniu, na sede da União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana) sita na Rua Detrás da Misericórdia, nº 8 2580-279, Vila Alta - Alenquer convocada pelo seu Presidente, a Assembleia de Freguesia, no uso da competência que lhe confere o Dec. Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na subsecção II art.º 12.1.

Na Assembleia estiveram presentes os membros, João Carlos Domingos David (MIUFA), Matilde Vieira Faria (TODOS), João Nuno Tralha Parreira Rucha (TODOS), Paulo Fernando Coelho Carvalho Pascoal (TODOS), Sofia Alexandra dos Santos Póvoa (TODOS), Pedro Filipe Ladeira de Sousa (TODOS), Pedro Miguel Lourenço Pereira (PS), Samuel Dinis Matos Ferreira (PS), Pedro José Roxo Pereira (PS), Vera Lúcia Marques Ribeiro (PS), Diogo João Saudades Figueira (CHEGA) e António Batista Lopes Pereira Filipe (CDU).

A referida sessão teve início pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, tendo a mesa da assembleia a seguinte constituição:

Presidente: João Carlos Domingos David (MIUFA)

1º Secretário: Matilde Vieira Faria (TODOS)

2º Secretário: Sofia Alexandra dos Santos Povoas (TODOS)

O Presidente da Assembleia João Carlos Domingos David, eleito pela força política MIUFA começa por cumprimentar todos os presentes na sala, passando de seguida para o período de intervenção do público e questionando se existe alguém do público que pretende intervir.

Intervém o Sr. António Parreira o qual passamos a citar: “Boa noite a todos. Queria fazer só uma breve introdução. Vou ser muito rápido. Em primeiro lugar, desejar as maiores felicidades e dar os parabéns a todo o executivo da Junta pela vitória que teve democraticamente. Felicitar também todos os membros da Assembleia de Freguesia. Queria colocar uma questão ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia. Admito erros, aceito erros, somos todos seres humanos, mas há coisas que são imperdoáveis. O Presidente da Assembleia de Freguesia, convocou esta Assembleia com o Edital mal. Ainda hoje antes de vir para aqui fui ver e continua afixado nos locais da Freguesia com o ano 2021-2025. Acredito que seja um erro. Acredito que fosse um texto copiado à pressa e não estou a acreditar que não tenha competências para fazer isto mas deve verificar e corrigir porque há muitas pessoas que não têm acesso às redes sociais e nem sei se nas redes sociais está bem ou não está, ali sei eu que está mal. Não sei se algum dos senhores verificou, mas se quiserem, façam-no. Agora para o Executivo da Junta, faço-me aqui também representar como Presidente do Clube de Caçadores de Alenquer e terei muito gosto em trabalhar em conjunto com os senhores. Tenho todo o gosto em colaborar convosco, mas faço já uma chamada de atenção. O Clube de Caçadores através da minha pessoa faço um pedido, que não é de agora, não é deste executivo, são coisas já de há muitos anos... As matas onde eu passo todos os dias são uma lixeira autêntica. Não sei se sabem mas o Clube de Caçadores, a Associação de Caçadores é muito importante pela situação que se vive no país. A praga de javalis é uma coisa muito importante porque temos um problema gravíssimo. Por isso é que preferia falar no fim. Isto custa-nos muito dinheiro. Gastamos muito dinheiro. Andamos nos caminhos vicinais. Andamos nas matas... Se não fossem os caçadores, Camarnal, Cheganças, Alenquer, Paredes, se não fossem os caçadores, a praga que é, isto está tudo dentro da vila. E nós precisamos, em conjunto com a Câmara e a Junta, de trabalharmos para com a colaboração de todos. Em breve irão receber um email do Clube de Caçadores, de um evento que iremos fazer e a convidá-lo a estar presente e que se irá basear nesta situação dos javalis. Basicamente era só isto, gostava mais de falar no fim, mas se não é possível, tenho dito.”

O Presidente da Assembleia agradeceu e tomou a palavra dizendo e passamos a citar: “Posso responder em relação à convocatória do edital nº2. É verdade que saiu para a rua com 2021-2025, é um erro que eu assumo mas também e sem desculpas aqui algumas todos os membros foram convocados assim como o Executivo e certamente ninguém deu por isso. Só ontem é que demos por isso e pedi ao Executivo para alterar a convocatória. A que eu tenho já tem 2025-2029 e na página da Junta também já está 2025-2029 mas assumo como Presidente da Mesa que o erro é totalmente meu e peço desculpa por isso às pessoas que estão aqui

presentes e ao público que está lá em casa. Perguntar se há mais alguém do público que queira falar?”

Não existindo mais intervenções do público, passou-se então para o período da Ordem do Dia que se iniciou com a Informação do Presidente.

O Presidente da Freguesia, começou por referir a importância de ser a primeira Assembleia transmitida em direto e respondeu depois ao Sr. António Parreira e passamos a citar:

“Começando pelo início, pela questão do edital e eu gosto de ser uma pessoa correta neste aspeto, o Presidente da Assembleia assumiu total responsabilidade mas nós somos uma equipa, apesar de representarmos partidos diferentes ou movimentos ou que quer que seja, estamos todos aqui em torno de uma freguesia, cada um com as suas funções, uns na parte executiva, outros na parte deliberativa, outros na parte fiscalizadora e há um apoio dos serviços da Freguesia ao Sr. Presidente da Assembleia na elaboração das coisas e também nós que estamos aqui e prestamos esse auxílio não nos apercebemos. Não vou deixar o Presidente da Assembleia assumir a responsabilidade total porque nós também participamos na elaboração das coisas. Podíamos também ter verificado aquando a afixação porque foi a parte do Executivo que foi afixar os editais e não nos apercebemos, passou-nos ao lado. Pegando no que o Sr. Parreira falou por acaso nós já tínhamos tido uma conversa muito ligeira sobre a temática dos javalis, que é algo que preocupa bastante. Sim, vamos conversar porque isto é um drama que está a acontecer por toda a Freguesia. Houve uma altura que os caçadores foram um pouco marginalizados e criaram-se dificuldades à caça e a quem tem condições para o ato do mesmo, mas neste momento não há quem nos possa evitar esse problema a não serem os caçadores. Estaremos cá certamente disponíveis para conversar sobre tudo isso. Passando para a informação do presidente, o executivo fez um balanço do primeiro mês e meio... e agora que já estão na posse do documento, eu coloquei telegraficamente todas as ações que nós tomámos neste primeiro mês e meio de trabalho e vou tentar fazer um pequeno resumo. A primeira coisa que fizemos quando chegámos foi uma reunião com os operacionais do exterior. E porquê desta decisão? Porque são as pessoas mais importantes da Freguesia, são os homens e a mulher que todos os dias estão com a farda da Freguesia na rua, a tratar dos problemas existentes e são o rosto da Freguesia. E esse motivo deveu-se também a ter conhecimento na tomada de posse que existia um problema – isto aqui e passando já para o ponto 2 – com os operacionais relativamente ao subsídio de penosidade e insalubridade e pedi uma reunião com o STAL, o sindicato que representa alguns dos funcionários porque eu não estava munido de toda a informação necessária para poder debater. Tinha-me sido passada uma pasta acerca do processo e não era totalmente clara e decidi que tinha de ouvir o

sindicato. Ouvi, falámos e tomamos algumas medidas. Uma delas foi pedir um parecer jurídico através de um advogado que entretanto também temos a trabalhar connosco - e que está mais à frente mencionado – porque necessitamos de ter auditorias jurídicas a alguns contratos aqui realizados e também pareceres jurídicos de certas situações e não temos competência para tal e a par disso por acaso recebi o parecer durante o dia de hoje mas antes disso – eu vou misturar aqui um pouco os temas mas se eu for falar um a um depois vai-se tornar muito longa a explicação, mas é meu dever explicar todo este processo porque isto vai desencadear em algo e eu quero transmitir o máximo de informação possível que tenho. Neste primeiro mês também houve uma reunião na Câmara Municipal com o executivo da Câmara, com todos os presidentes de junta e tive oportunidade de colocar a questão nessa mesma reunião, como é que as outras freguesias do concelho de Alenquer tinham agido em relação a este tema. Ao que me foi respondido que todos os presidentes de junta, à data, ou seja, deste 2022 que foi quando entrou esta lei em vigor, começaram a pagar este subsídio a todos os funcionários. A única exceção foi Meca e Ribafria que faz uma distinção de trabalhos realizados. Não é um pagamento diário, mas é dia sim dia não, conforme o trabalho executado e talvez pelas características das duas freguesias que tem uma composição diferente da nossa, mas todas as outras estão desde o dia que a lei foi aprovada, a pagar a todos os funcionários este subsídio. A Câmara Municipal esteve na mesma situação, esteve em incumprimento, mas decidi no anterior mandato pagar com retroativos o subsídio devido a todos os funcionários. Esta informação eu não a tinha, obtive-a nesse dia, passei isto para o nosso advogado que juntamente com o parecer que ele me fez chegar hoje, iremos novamente e em breve reunir com o sindicato porque apesar de haver uma brecha que possa permitir não pagar os retroativos aos funcionários, acho que tem de entrar aqui uma análise de bom senso porque é que fomos os únicos, a única freguesia do concelho que decidiu ir por este caminho. O anterior executivo passou-me essa informação, ela é válida, tem um suporte, não critico essa decisão, mas a meu ver e neste momento está a decorrer um processo na provedoria de justiça, este processo pode vir a ser encaminhado para tribunal... acho que é uma situação desagradável para a Freguesia, para os trabalhadores estarmos neste braço de ferro. A seguir também gostaria de ouvir os membros desta assembleia, a vossa sensibilidade perante um tema destes o que é que acham. Não precisam de se pronunciar hoje. Se quiserem eu passo-vos a informação toda por escrito, que recolhi, mas darem também o vosso feedback, a vossa opinião, o vosso parecer, se acham que devemos partir para uma questão de contencioso, eu não sou a favor. Acho que devemos tentar resolver isto da melhor maneira possível. Há muitos indicadores e todos nos dizem que este é o caminho mais correto e, portanto, passarei esta

informação por escrito a todos. Como vos estava a dizer tenho ali o email, recebi-o hoje. Não tive hipótese de encaminhar o parecer jurídico, mas vou pegar nisso, vou pegar nos documentos que tenho do STAL e vou enviar-vos para vocês também tomarem conhecimento e depois com calma olharem para aquilo. Também não vamos decidir nada até ao final do ano porque no caso de irmos a falar numa negociação para pagamento, há que contabilizar todas as horas trabalhadas desde 2022 até 2025. É um trabalho duro, moroso. Vamos sobrecarregar aqui os nossos serviços. Estão cá para nos ajudar, mas não é uma coisa que seja feita de um dia para o outro e por isso... e estão aqui alguns trabalhadores presentes e eu já tive oportunidade de lhes dizer isso. Pedi-lhes tempo. Já que esperaram este tempo todo e a situação desembocou numa não decisão de pagamento eu pedi para me deixarem analisar os documentos, olhar de outra forma porque se eu tiver suporte legal e se tiver condições jurídicas para pagar não vamos deixar de pagar o que é devido às pessoas. É um direito fundamental, já falámos disto aqui na Assembleia anterior porque quem trabalha merece o seu salário, os seus subsídios e, portanto, isso é lhes devido. Quando tomámos posse havia outra situação relativamente ao STAL, com um funcionário da Freguesia e não vou mencionar o nome por uma questão de proteção de dados, que tinha a ver com um processo particular, com uma quebra de óculos e também estava desencadeado um processo na provedoria de justiça, processo que achei que devia terminar no dia em que tive conhecimento dele. Eu próprio disse que caso a Freguesia não tivesse o dever de pagar, eu assumiria esse... porque acho que não se justificava haver uma situação dessas. Entretanto chegou o parecer disso e que veio dar razão em como a Freguesia incorreu num risco de o trabalhador não ter as condições devidas para trabalhar. Esse assunto está praticamente finalizado, chegou hoje a fatura dos óculos. Vamos proceder ao pagamento dos mesmos, estamos a falar de um valor irrisório. São uns óculos graduados, para poder ver, para poder trabalhar. Esse processo ainda não o comuniquei ao STAL... aliás o que eu comuniquei foi que o processo ia ser resolvido e que os óculos seriam pagos por alguém, se não fosse pela Freguesia, seriam pagos por mim. Temos também a contratação de uma empresa informática através de bolsa de horas porque a Freguesia carecia de uma lacuna, ou seja, não tinha apoio informático. O que existia a nível informático, do que sei o que existia era um apoio a nível pessoal. Não era uma empresa nem era ninguém a nível oficial que prestava esse serviço e nós não temos conhecimentos informáticos suficientes para colocar certas coisas a trabalhar, assim como o email, o domínio do email do Presidente não estava ativo aquando da tomada de posse. Eu para exercer as funções, pedidos de orçamentos, consultas, reuniões, não tive acesso ao mesmo, entretanto tentámos fazer a recuperação, já está ativo, demorou algum tempo, mas já temos os emails todos funcionais e essa empresa

está a prestar o serviço de assessoria informática. Foi feito um diagnóstico de necessidades no estaleiro dos casais novos, sede e delegação e começo pelo estaleiro dos Casais Novos que foi algo que chegou às mãos da Freguesia no dia da tomada de posse, segundo consta a mudança para lá ocorreu uns dias antes da nossa tomada de posse. Os funcionários estavam até à data na Barnabé nas instalações da Câmara, as condições de trabalho não eram as melhores. Atualmente, o anterior executivo deixou o estaleiro dos Casais Novos dotado de dois contentores com casa de banho masculino e feminino, com balneários, um contentor para refeitório... tivemos de fazer alguns upgrades porque o balneário só tinha um termoacumulador de 100L, não dá para 8 pessoas tomarem banho, só dava para duas, estamos à espera de um orçamento para ampliar aquilo, a capacidade... fizemos a instalação de ar condicionado no refeitório porque aquilo é um contentor de chapa, como devem imaginar – ou não – no inverno quando faz frio gela lá dentro, no verão certamente irá aquecer muito, apesar daquilo estar debaixo de um telheiro tem um vão de 4m de pé de altura, por isso não há uma grande proteção. Também fomos... reformulámos aqui a sede que não disponha de ar condicionado, os funcionários tinham somente um aquecedor a óleo, também já foi instalado o ar condicionado. Porque nós olhámos primeiro... nós para prestarmos um bom serviço à comunidade, os nossos funcionários também têm de estar dotados de equipamentos e condições de trabalho e houve coisas básicas e primárias que não existiam e que, por exemplo, um EPI de proteção à chuva, não existia para os funcionários. Para um dia de chuva existia uma simples capa. Já comprámos equipamentos, calças, casacos com visibilidade para poderem em dias de chuva, desde que não esteja laranja ou vermelho, não vamos por as pessoas a trabalhar sobre água torrente mas ainda aqui há dias esteve bastante chuva e eu vi bem a molha que eles apanharam, eles e eu mas eles mais, porque tivemos a situação de um aqueduto no Camarnal que entupiu de tal maneira que a casa de uma pessoa ficou cheia de água e o trabalho deles foi fantástico, porque quando lá passei da parte da tarde o senhor veio-me agradecer que o trabalho dos nossos funcionários tinha sido inexcelável, que além de resolverem o problema no exterior, limparam-lhe a garagem onde tinha subido a água cerca de 30cm e isto é de louvar a predisposição que eles tiveram em ajudar o senhor que estava muito aflito e a água não parava de entrar... porque ali um problema entre o Camarnal e a Bemposta, com aquela empresa de painéis solares, que eu já fiz um reporte à Câmara, aquilo houve ali aquela construção nova mas os acessos a esse entreposto de painéis, aquilo só tem um nadinha de alcatrão e em dias de grande chuva vem uma carga de lama para a estrada, que não é água, é água e terra e entupe os aquedutos todos de tal forma que quando chega ao Camarnal à entrada aquilo os sumidouros ficam completamente esgotados, sem capacidade

de saneamento e a função para a qual eles estão preconizados deixa de existir e então a água tem de ir para algum lado e neste caso entrou na casa de uma pessoa. Fizemos também a conclusão da reparação do telhado da casa do Camarnal, foi também uma obra deixada pelo anterior executivo, mas que a casa foi toda remodelada, toda arranjada só que tem um problema no telhado e vai ter de ser reparado novamente porque está a entrar água e está-se a danificar. Assim que o tempo permitir vamos ter de fazer uma intervenção mais profunda para não haver mais danos. A par daquilo que falei há pouco do advogado que nos está a auxiliar, fez uma análise das competências e das delegações em vigor. Foi feita uma análise do contrato dos espaços verdes e nesse domínio, é a matéria mais sensível aqui da Freguesia a nível económico. Porquê? Estamos a falar de uma competência que existe delegada através da Câmara em que tem muito impacto no nosso orçamento e o principal impacto... a análise que apresentamos agora resulta numa leitura objetiva dos consumos de água da Freguesia nos últimos 4 anos, e isto não tem qualquer intuito de imputar responsabilidades passadas, é para apoiar as decisões futuras e a gestão dos recursos. Mas o consumo em 2021 foi de 18.000m³ e este ano já vamos com 27.000m³, ou seja, os mesmos espaços verdes tiveram um acréscimo de 9.000m³ de consumo de água no mesmo período, o que corresponde a uma variação de 50%. Este tipo de variação de água, de consumo de água, não nos permite tirar conclusões imediatas, mas pode ter sido uma maior utilização dos equipamentos, pode ter havido calor ou seca prolongada, pode ter havido fugas ou consumos não monitorizados e nós sem instrumentos de medição mais finos, não é possível nem é correto atribuir causas específicas. Eu não estou aqui a apontar de modo nenhuma qualquer responsabilidade ao outro executivo nisto, mas cabe-me a mim, como gestor, olhar para isto e ver que há aqui algo que possa não estar bem. É um consumo muito elevado de água, tem um impacto financeiro brutal nas nossas contas e a empresa que estava cá a operar... tentei encontrar relatórios de atividade sobre o que é que foi feito, de necessidades... que isto foi feito, esta delegação de competências no início da união das freguesias ou um pouco mais à frente... e estou a avaliar isso agora porque já contactei duas empresas para orçamentar, para analisar, o sistema de rega e existe uma forte probabilidade de haver quebras no sistema de rega e vai ter que haver um investimento porque senão se nós não investirmos num sistema de rega mais eficaz, reparar as roturas devidamente, vamos estar aqui todos os anos a deitar água fora, a gastar dinheiro sem fim que é dos fregueses e não nos permite depois evoluir para outras coisas mais importantes. Temos de monitorizar regularmente os contadores, o sistema de rega, as metas de consumo e integrar isto tudo num orçamento. Volto a repetir para que não haja mesmo dúvidas nenhuma: nós não estamos aqui a avaliar decisões passadas, estamos somente a criar condições para

decidir melhor daqui para a frente, para que haja uma gestão mais eficaz dos recursos e neste caso da água que é muito importante. Entroncando nisto, também temos a parte operacional que nós atualmente temos uma frota automóvel muito desatualizada, em 8 carros, 5 deles têm mais de 25 anos. Começa a ser um peso muito grande os orçamentos do valor das reparações automóvel. Este ano, o ano ainda não finalizou e temos alguns carros na oficina e a conta automóvel já vai perto dos 60.000€ em reparações. É um valor que é o que é, mas temos que pensar em fazer um investimento e ir renovando a frota a pouco e pouco porque se eu não fizer isso, daqui a 4 anos quem chegar aqui tem uma frota com 30 anos e secalhar aquilo passa mais tempo na oficina do que a trabalhar e não é isso que se quer para a Freguesia porque é minha obrigação olhar para tudo aquilo que nós temos e tentar dotar a Freguesia de melhores condições de trabalho, porque nós para podermos ajudar coletividades, caçadores e outros de mais, se não taparmos estes buracos primeiro... ou seja o dinheiro que podia ir para coletividades, ação social e tudo mais, vai para reparações, vai para água mal gasta e eu acho que se nós conseguirmos estancar esses problemas a pouco e pouco, vai depois “sobrar” dinheiro para apoiar... e isso acaba por ser um pouco as linhas gerais do orçamento que não tem aí grandes obras... mas ainda outra coisa que me esqueci de falar, o estaleiro nos Casais Novos tem outra particularidade é que aquilo não é nosso. Eu pensava que aquilo era da Freguesia mas é propriedade da Câmara, o que atualmente nos impede de fazer obras, contratar um seguro... Por exemplo temos lá equipamentos armazenados em contentores que não me deixam garantias de segurança. O que é que conseguimos agora fazer? Foi pedir uma instalação de camaras de videovigilância porque as seguradoras não nos fazem seguro porque os equipamentos de valor estão em contentores que são amovíveis e apesar de ser difícil tirá-los de lá, a seguradora para todos os efeitos, tudo o que seja amovível não é passível de fazer seguro, ou pelo menos aquelas que eu contactei disseram que não fariam esse seguro. E depois a outra parte do estaleiro existente onde estão lá diversos equipamentos com menos qualidade ou com menos valor monetário, não tem condições porque chove lá dentro, as paredes estão partidas... Ou seja, temos de fazer um grande investimento. Aquilo é um espaço muito bom e eu também já tive essa reunião com o Sr. Presidente da Câmara e com o Sr. Vice-Presidente e eles prontificaram-se a fazer uma delegação de competências para fazer passar o espaço para a Freguesia, ou em regime de aluguer, empréstimo ou à semelhança desta sede onde nós estamos que é propriedade da Câmara, onde nós pagamos um valor residual do aluguer da mesma, mas é preciso haver um documento a passar o estaleiro para a Freguesia para nós podermos fazer os devidos investimentos e que seja seguro, senão de hoje para amanhã há ali um problema qualquer e nós estamos a ali a gastar o dinheiro dos contribuintes

em algo que não é da Freguesia. Os caminhos vicinais é o drama desta Freguesia, a par da sermos a maior Freguesia do concelho com 50km², temos 33km de caminhos vicinais para tratar e muita gente, os acessos às suas casas é feito pelos mesmos. Não existem só caminhos vicinais no campo ou nos acessos às quintas. Existe habitação, zonas urbanas com acesso por caminho vicinal. Transmiti isso também ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-Presidente se haveria uma expectativa de alcatroamento para os caminhos vicinais da nossa Freguesia e o que me foi dito foi que neste primeiro orçamento iria ser muito difícil, que tinham compromissos assumidos no passado e que tinham de os cumprir e eu compreendo, mas foi meu dever alertar que os caminhos vicinais e peço desculpa pela expressão, são um pau de dois bicos que é, nós estamos a arranja-los todos os dias se for preciso e estamos a deitar dinheiro à rua porque aquilo arranjamos hoje e para a semana todo o trabalho doi à vida com uma chuvada e ao fim de vários anos, certamente que já dava para alcatroar um bocadinho mas essa não é uma competência da Freguesia, a parte do alcatroamento, não podemos fazer algo que não é da nossa competência e então temos de encaminhar isso para a Câmara e esperar que possa haver uma disponibilidade e eu também concordo com o Sr. Presidente da Câmara que disse que temos tantas estradas em mau estado que temos de começar é por aí a tratar e é uma questão de se fazerem prioridades, eu elenquei algumas delas e agora vamos aguardar. O orçamento municipal foi aprovado em sessão de câmara, foi agora a Assembleia Municipal e vamos agora esperar e estamos todos no arranque. Há uma radiografia da Freguesia já feita relativamente aos pontos críticos a nosso ver. Dessa reunião também com a presidência da câmara e vice-presidência abordei vários temas, para mim também muito importantes: Escola da Vila, Escola de Cheganças, IC2 de Cheganças, Urbanização da Barnabé, Casais Novos o acesso à escola profissional, as Pedreiras de Cheganças que continuam, uma delas a operar , sem condições de segurança adequadas em termos de controlo do pó que é uma situação que já está identificada pela Câmara, pela parte do ambiente e ao que tudo indica está a haver uma fiscalização, estão a tentar que haja uma colocação de uma rede de proteção sobre a britadeira de uma das principais pedreiras dali. Enquanto essa rede não existir vamos ter um drama a nível de pó muito maior. Outra questão que também alertei foi a sujidade que todos esses camiões, sempre que saem das pedreiras e que quem vem ali do Fiandal, desce a Carapinha, Albarróis até à rotunda de Alenquer, é sujo, é feio, aquilo que vemos pelas nossas estradas, as lamas, as pedras e, ou seja, a Freguesia podia ter lá um carro todos os dias... um carro quer dizer, os homens porque o carro seria só para transportar os homens. Nós não temos equipamentos mecânicos para fazer este tipo de limpeza. Não há uma máquina de limpeza e estamos a equacionar comprar uma para auxiliar porque é duro os homens andarem ali e todos

os dias a varrer e facilmente enchem um taipal todos os dias de pedra porque é um disparate. Não há fiscalização nesse tipo de comportamentos e eu espero que o executivo camarário agora tenha essa atenção, que consiga impor regras de fiscalização porque se nós todos prejudicarmos o meio ambiente somos responsabilizados, vemos aquela situação das pedreiras a ocorrer todos os dias, anos a fio e basta um de nós tentar passar ali com um carro lavado que ele deixa de ficar lavado em pouco tempo. Falei também do acesso ao pavilhão municipal por causa da zona ali do Alenquer e Benfica que continua a ser um drama em termos de trânsito ao final do dia. Houve também o compromisso por parte do executivo camarário em analisar a situação com urgência, tentarmos ali uma solução, colocar um só sentido ainda não sabemos de ascendente ou descendente, mas alguma coisa terá de ser feita. Não há uma solução perfeita e não havendo uma solução perfeita temos de encontrar uma que minimize o impacto atual que existe ali. Ficar como está é um perigo para quem circula de carro, a pé com as crianças ao final do dia, para quem vive ali perto ou passa ali todos os dias sabe melhor ainda daquilo que eu estou a falar. A nível de delegação de competências continuamos com as mesmas em relação ao ano transato, a única alteração que houve aqui foi a nível dos transportes escolares, onde houve um decréscimo de receita face aos anos anteriores e isso tem impacto no orçamento da receita. Nos últimos 4 anos a receita média de transporte escolar rondava os 48.000€ e a previsão para 2025/2026 são 17.000€ o que nos leva a ter que pensar um pouco como é que vamos gerir esta situação. Um funcionário alocado à parte da educação, mais o custo da carrinha vai dar algum prejuízo à Freguesia. Nós vamos tentar inverter isso porque criámos... vamos criar uma ação social de transporte para ir buscar pessoas a casa para ir ao médico ou à Freguesia e usar esse transporte, rentabilizá-lo, já que ele circula e temos uma funcionária para que se possa otimizar esse mesmo trajeto. Eu penso que falei de todos os pontos que aqui estavam, se tiverem alguma dúvida acerca de algum deles para que eu possa pormenorizar mais, eu tentei falar um pouco de forma genérica senão estaria aqui várias horas a falar disto porque isto consumiu mesmo muito tempo a tratar deste temas.”

O Presidente da Assembleia questionou se alguém queria intervir antes do Período da Ordem do Dia. Interveio o eleito do PS, Pedro Pereira que começou por cumprimentar todos os presentes e todos os que estão em casa a ouvir a transmissão e começou a sua intervenção dizendo e passamos a citar: “Julgo que o Sr. Presidente fez questão de eu responder relativamente à questão parecer jurídico, já tinha dado a opinião na reunião anterior e a minha opinião será sempre a mesma, pagar o que se deve pagar, avaliar e ir ao contrário de ser feito pelo executivo, avaliar se é ou não legal e é o executivo que tem de responder por isso e nós

estaremos cá para tomar as devidas elações relativamente a esse assunto. Se os funcionários tiverem os seus direitos, terão os seus direitos. Nós relativamente a esse assunto nunca questionámos essa situação e além do mais até dissemos que se já está a ser pago, provavelmente teríamos de continuar a pagar. Foi decisão do executivo pagar uma avença a um advogado a tratar do assunto e como disse o Sr. Presidente, que recebeu o parecer e nós gostávamos também de receber essa documentação, até porque se estamos de acordo em que os funcionários recebam os seus direitos, também estamos de acordo em receber a respetiva avaliação e parecer para nós também mais tarde nos podermos pronunciar relativamente à legalidade do assunto ou não e agradeço a sua disponibilidade para receber toda a documentação para nós podermos avaliar. Relativamente a outros assuntos, julgo que seria de bom tom, o executivo convidar toda a bancada dos eleitos a visitar as instalações da Freguesia. Nós vemo-nos aqui confrontados com algumas situações ditas pelo Sr. Presidente e reitero que seria de bom tom que nós, como bancada de vários partidos, visitarmos as respetivas instalações, seja esta aqui, seja a da Vila, a dos Casais Novos e inclusive a Casa do Camarnal. Acredito que existam várias pessoas aqui presentes que não conhecem e seria interessante visitarmos e termos acesso às mesmas. Não se trata aqui de estarmos a desconfiar do que disse, mas é apenas para termos ideia das necessidades dos funcionários seja a nível de instalações, seja a nível de equipamentos e julgo que isso o Sr. Presidente já frisou aqui várias vezes que estará sempre, e nós frisamos que também estaremos sempre disponíveis para ajudar os funcionários da Junta e disponíveis para lhes darmos as melhores condições para poderem efetivar o respetivo trabalho. Sobre a questão da água e outros assuntos que falou há pouco, isso já entra na parte do orçamento e temos então que mais tarde discutir esse e outros assuntos.”

Interveio de seguida o eleito do PS, Samuel Ferreira que começou por cumprimentar todos os presentes passou então para a sua intervenção e passamos a citar: “Venho só lançar aqui dois reptos ao Sr. Presidente e ao Presidente da Mesa. Portanto a Informação do Presidente como sabe, deve vir, segundo a lei, com 5 dias de antecedência da reunião e eu por acaso fiquei admirado de não ter recebido. Fiquei muito agradado com a sua explicação, mas pedia que numa próxima assembleia ela viesse com a maior brevidade possível. Queria também referir que já começou a Assembleia e ainda não nos foi fornecido o balanço ao dia de hoje, das contas da Freguesia.”

O Presidente da Mesa informou que o mesmo será distribuído quando se chegar ao Período da Ordem do Dia e o Sr. Samuel referiu que o mesmo terá de ser distribuído antes e continuou a sua intervenção dizendo “Falou em 60.000€ de arranjos de viaturas... assim de cabeça um

motor novo de uma Canter Fuso pesada custará cerca de 18.000€, portanto isso é um valor que é muito mesmo elevado. Seria possível fornecer à Assembleia um relatório de avarias, em que viaturas, quais os arranjos.... É que deve ter muitas faturas, com 60.000€. É só para analisarmos é que assim quase que vale mais por um motor novo do que arranjar um motor com 60.000€ ou dois ou três.”

O Presidente da Assembleia passou depois a palavra ao Sr. António Filipe, eleito da CDU que também cumprimentou todos os presentes e começou a sua intervenção e passamos a citar: “Aqui a questão que o Sr. Presidente falou sobre a questão dos óculos ainda bem que ficou resolvida, a outra parte acho bem que tenha colocado a questão a um advogado também para ajudar a resolver a situação. Espero de todo que isto seja resolvido em abono da verdade, neste caso, dos funcionários que se têm direito a isso, têm todo o dever de receber o montante que lhes é devido. Isso será também uma questão de conversação entre ambas as partes. O Sr. Presidente disse-o aqui na última Assembleia e eu também já o confirmei, que temos funcionários excelentes, conheço a grande parte deles. Trabalham bem, estão prontos para tudo e na parte administrativa também. Não vejo qual a razão para o anterior executivo estar com um braço de ferro para com os funcionários. Isso podia ter sido resolvido, escusava do Sr. Presidente estar a ter agora estes problemas e isto dá sempre despesas, quando isto já devia estar tudo tratado e o tempo que perdemos aqui a falar desta situação podíamos estar a canalizar este tempo para falarmos de outras situações. Quanto aos contentores nos Casais Novos, foi algo que sempre falei ainda com o anterior executivo. Fui lá na segunda-feira e realmente aquilo não se compara nada com o que havia. O que havia antes era um contentor que tinha tintas, tinha trapos, era um sítio onde as pessoas tinham de trocar de roupa e não podiam tomar banho. Agora aquilo já tem balneários e vestiários tudo em condições, não dá para tomarem todos banho ao mesmo tempo, mas as coisas não podem ser todas feitas de um momento para o outro, mas daquilo que eu vi, vejo que existem boas condições para eles se servirem e claro que a Junta também tem lá um bom estacionamento para a questão das viaturas. Sem dúvida que aquilo é muito dignificante. É pena não ser da Junta, mas talvez com tempo se consiga adquirir aquilo. Sobre o que falou sobre outras situações, disse que a Câmara tem muitos problemas com as estradas, muitas estradas por arranjar e que primeiro estariam as estradas do que os caminhos vicinais. Nós temos aqui o caso daquelas pessoas ali dos Cabeços que estiveram aqui na última Assembleia, as pessoas estão há 16 anos com aquele problema dos caminhos que não são alcatroados e até hoje estão na mesma, não vejo como é que o Presidente da Câmara, pronto este agora é novo. É novo no cargo, é novo na idade e tem outra maneira de ver as coisas que poderá ser melhor, poderá ser pior, com o tempo o veremos,

mas ele tem de analisar ali bem a situação porque como já foi dito aqui eles estão a viver em situações assim um bocadinho péssimas tanto no verão como no inverno. Na questão das estradas, o Presidente diz que a prioridade são as estradas alcatroadas, mas eu nestes anos todos não tenho visto nada. Tenho o exemplo dos Casais Novos que temos lá a Rua do Nobre, a Rua do Casal Machado e a Rua do Batalheiro em que aquilo tem de se andar a fazer gincanas para não se passar por dentro daqueles buracos e alguns estão num estado que se alguém passar ali a 30 ou a 40 está sujeito a ficar sem pneu ou sem jante ou até da suspensão do carro. Se ele está muito preocupado com as estradas e acho bem que sim, mas também não faz nos caminhos vicinais nem faz nas estradas. Como o caso da ponte da Bemposta, no último mandato eu prometi que ia sempre falar da Ponte da Bemposta em todas as assembleias e falei sempre e agora falo na mesma. Com certeza já viu o estado em que está aquela ponte, aquilo está um perigo tremendo. Já o ano passado caíram lá duas pessoas ao rio. Por acaso não se aleijaram. Uma foi uma senhora assim mais ou menos nova, outra foi uma criança que caiu em cima da areia e não se aleijou. Mas aquilo está um perigo porque quem vá ali a passar ou de bicicleta que se encoste lá a um pilar daqueles, aquilo tem lá uns tubos de ferro, mas se se dá um toquezinho aquilo está sujeito a partir e cai lá para baixo. Se for a pé e se encostar também está sujeito a cair como já aconteceu e andamos há anos para resolver aquela situação e a Câmara não tem resolvido e penso que aqui a Junta tem de ir pressionando a Câmara para ver se eles realmente conseguem... O antigo Presidente diz que há um projeto para ser elaborado para fazer uma ponte nova, mas até lá pode acontecer lá alguma coisa menos conveniente. Queria falar aqui de um assunto que não tem nada a ver aqui estes pontos, mas nós como elementos da Assembleia de Freguesia, aquilo que nos dizem e que nos chega aos ouvidos, acho que temos o dever de falar aqui na Assembleia para sermos esclarecidos e eu só pretendo saber se o Sr. Presidente tem conhecimento da situação ou não. Falaram-me que o ferro, ou seja, parte de maquinaria da Junta e que seja recolhido aí noutro lado qualquer que isso tem sido vendido ao ferro velho e que tem sido feito algum dinheiro, e que ao que parece não foi assim muito pouco e se o trabalho é feito pelos funcionários da Junta, eu penso que esse dinheiro devia reverter a favor de uma ação social, para melhorar qualquer serviço até por exemplo para melhorar as instalações lá onde eles mudam de roupa e talvez desse para comprar uma caldeira maior. Não sei se o Sr. Presidente tem algum conhecimento sobre isso, mas parece que aquilo tem servido para tudo menos para uso da Junta de Freguesia, mas como já disse que podia ser para... há tanta gente que precisa, sei lá podia ser para ajudar a pagar uma fatura da água, uma fatura da luz e por aquilo que me disseram há dinheiros ainda na

posse de alguém. Se o Sr. Presidente conseguir saber de alguma coisa concreta e depois informar eu agradecia.”

Intervio de seguida o eleito pelo Chega, Diogo Figueiras que também cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença do público e começou a sua intervenção e passamos a citar: “Bem, o tema da moda é aqui a questão dos trabalhadores e já na última Assembleia referi e elogiei e acho que foi sensato pedir um parecer jurídico. Claro que todos concordamos que se é devido há que ser pago, mas, no entanto, eu acho que esta situação e acho que tem de ser referido e choca-me um bocadinho ainda ninguém ter referido e não vale a pena olhar para trás, mas é vergonhoso. É vergonhoso estarmos aqui e fez muito bem em ter perguntado aos outros colegas de junta, ter perguntado ao Presidente da Câmara como é que fez e só nós aqui nesta casinha é que estamos aqui com este problema que eu acho que é uma vergonha e eu gostava de saber sinceramente o que é que passou na cabeça do antigo Presidente para permitir isto. Eu não sei que poder é que tem esta Assembleia para convidar ou convocar, mas eu gostava muito que ele cá viesse explicar o que é que lhe passou na cabeça e qual era a ideia, porque verdade seja dita, estamos com um orçamento de 30.000€ influenciado ou não mas são 30.000€ secalhar são metade dos arranjos, sejam eles meio motor ou dois motores, o que quer que seja, mas não cabe na cabeça de ninguém isto. Não cabe, tanto que não cabe e ainda vou um bocado mais adiante, que foi e bem, também elogio aqui a decisão da contratação do pessoal informático porque na última reunião falou-se muito no ataque informático, eu já não tive tempo de dizer porque a noite já ia longa, mas custa-me... eu acredito em conveniências, mas não acredito em coincidências e ter havido um ataque informático, ali, foi quê, no último ano de mandato? No último mês? Não sei... O que eu sei é que secalhar, uma auditoria, algo mais profundo. Eu também gostava muito de saber o que é que se passou, que é para daqui a dois ou três anos não estarmos todos aqui a dizer que havia um email, mas o email foi apagado. Era um email importante, mas foi um email apagado num ataque informático, como aconteceu na última assembleia e então, acho que são coisas que são importantes, são coisas que estão aqui a inquirar este arranque e que têm de ser faladas e ser referidas e volto a dizer, se a pessoa responsável pudesse vir a esta assembleia, acho que todos teríamos a ganhar em ouvir tentar perceber o que é que passou pela cabeça porque isto não faz sentido. As pessoas estiveram a trabalhar sem receber, todos os seus outros colegas das outras freguesias receberam e nós, os nossos trabalhadores, enfim, não é... não se terem despedido ou não termos tido um problema secalhar maior foi uma sorte. Essencialmente é isto que eu quero acrescentar, realmente já foi tudo muito falado. Também acho que é uma boa ideia fazer uma visita às instalações, até porque são muitas e também perdemos aqui um bocadinho o fio à

meada. Todos os relatórios que o Presidente Micael queira enviar, estou cá para os receber e acho sinceramente que está aqui a criar a casa... não está a criar a casa pelo telhado, está a começar pelas paredes, a questão do ar condicionado, dos EPI's, além de ser importante e em muitos casos é obrigatório e eu olho para trás e penso o que é que se passava nesta Junta há um mês e meio atrás. Tenho medo. Sinceramente tenho medo, mas pronto estamos cá agora nós e isto não tem a ver com cores políticas, não tem a ver com nada. Tem a ver com as pessoas e estas pessoas estão cá para tentar ajudar e para levar isto avante.”

O Sr. Paulo Pascoal, eleito pela Coligação TODOS, tomou a palavra. Inicialmente começou por cumprimentar todos os presentes e parabenizou o Executivo pela iniciativa de transmitir em direto as Assembleias e começou de seguida a sua intervenção e passamos a citar: “Queria começar a minha intervenção no seguimento da informação que o Sr. Presidente nos deu. Em relação aos funcionários e estão aqui alguns, eu não sei o que passou pela cabeça do anterior executivo desta junta para durante tanto tempo ter os seus trabalhadores com um braço de ferro. Eu não concebo e nós não concebemos nenhuma empresa, seja ela pública e neste caso não é uma empresa, é um serviço público de serviço à população em que estão em litígio e em braço de ferro com o executivo. Quando aparentemente e tudo leva a crer que essa razão não existe juridicamente, não é válida como se vê. Como é que se consegue gerir uma freguesia, gerir uma empresa, quando a maioria dos funcionários estão em litígio com a entidade patronal. Isto é inconcebível. Como é que se consegue ter funcionários motivados e funcionários a produzir e neste caso junto de uma população, serviço público, com brio, com vontade. Isto é inconcebível. E eu concordo aqui com o colega Diogo relativamente à vinda do anterior Presidente da Junta esclarecer este ponto. O que é que o levou a este braço de ferro durante tanto tempo? E que se vai repercutir nas nossas contas da Junta e que vão ter de pagar. E quem é que vai ter de pagar? Os contribuintes! Que somos todos. Não concebo nenhuma empresa, seja pública, privado ou serviço público em que haja um braço de ferro com funcionários, quando os funcionários têm razão. Isto é inconcebível. E, portanto, obrigado Sr. Presidente por estar a tentar resolver esta situação. Relativamente ao que o Sr. Presidente nos informou aqui sobre as contas de email que não estavam operacionais e penso que também os telefones da Junta, eu gostava de perguntar se teve acesso ao histórico oficial das trocas de correspondência do email, porque é que os telefones não estavam a funcionar, porque isso é ilegal. Há uma passagem de pasta mas tem de estar toda a documentação oficial, é histórico, faz parte do arquivo, não pode ser apagada. Eu não sei se foi apagada, se houve um ataque informático, muito estranho e coincidente na passagem. Isto é ilegal, isto não pode acontecer. Depois também queria referir, tal aqui como o Sr. António Filipe, também se ouviu amiúde que

havia uma venda de ferro velho por parte da Junta. Se houve, qual foi o valor apurado? O que é que foi feito a esse dinheiro? Há aqui uma série de questões que têm de ser esclarecidas. Depois, quero aqui referir que em um mês e meio já foram muitos fogos apagados, urgentes. E estamos aqui perante o excesso de água deste ano em relação ao ano passado. Uma conta avultadíssima do arranjo das oficinas de um material que já tem muitos anos e há esclarecimentos de como é que se chegou aqui, não é?”

O Presidente da Assembleia tomou a palavra dizendo: “Estou aqui a representar o Movimento Independente, e quero dizer que estou plenamente ao lado dos funcionários e da Junta de Freguesia. Se tiverem de receber o dinheiro e por aquilo que se tem sentido da parte do executivo, a Junta está em falta e se a auditoria jurídica do advogado for dada como certo para vocês receberem, estaremos ao lado do executivo assim como ao lado das outras bancadas para que isso aconteça, mas será como o Pedro disse, é sempre uma decisão do executivo da Junta, nós só podemos dar o nosso apoio e a nossa palavra. Não vou dizer que não conheço as instalações, mas acho que é de direito todos os membros da Assembleia conhecerem as instalações e acho que certamente que o nosso Presidente irá arranjar uma forma de todos visitarmos as instalações. Seria mais difícil para nós porque não somos funcionários da Junta, nem estamos aqui a tempo inteiro, mas também normalmente havia sempre essa possibilidade, em que a Junta fazia um jantar de Natal e era onde os membros da Assembleia estavam juntos com os funcionários e todos nos conhecíamos. Não sei se o Executivo vai realizar isso ou não, mas era de bom agrado que os funcionários da Junta soubessem quem são as pessoas que estão aqui e que decidem por vezes aquilo que o executivo vai fazer. Temos aqui um orçamento, se nós reprovarmos o orçamento, a decisão é nossa e não do executivo, por isso há aqui esta parte que as decisões... e os funcionários também deviam conhecer os membros que fazem aqui estas decisões. Quero dizer que temos de pensar todos, deixarmos os partidos de lado, pensarmos todos juntos em levar isto a bom porto. Estamos a ouvir o executivo a queixar-se muito, mas eu deixava uma pergunta também ao executivo porque já ouvimos muitas vezes falar em contas e eu gostava que o executivo informasse, quando tomou posse qual é que era o saldo das duas contas da Junta. Fala-se muito que o dinheiro é pouco, que quando chegaram aqui só havia 10.000€, foi mais ou menos isso que o presidente disse, mas gostava de uma informação mais correta sobre isso.”

Intervenção de seguida o eleito do PS, Samuel Ferreira: “Só aqui uma observação, mas não tinha ficado com a ideia de que a Junta tinha sofrido um ataque informático, nem veio na informação do Presidente. Gostaria de saber se efetivamente isso aconteceu e que medidas foram tomadas, nomeadamente ao nível da investigação.... Lembro que todos temos dados pessoais

aqui na Junta e, portanto, gostaria de perceber como é que estão esses tramites a decorrer, Obrigado.”

O Presidente do Executivo, Micael Correia começou por responder: “Começando pelo fim e é importante porque fala-se muita coisa e vai-se acrescentando algumas. Não houve nenhum ataque informático, o domínio do email é que não estava ativo, o email do presidente não estava ativo e perguntei aos funcionários e disseram-me que não tinham conhecimentos informáticos, que não temos nenhuma empresa informática a operar. O que havia era uma assistência informática prestada por uma pessoa, a título particular, ao anterior executivo. E desse modo, eu não tendo acesso ao email, precisava de comunicar e pedi para ser contratada uma empresa de apoio informático para pôr tudo a funcionar. Os telemóveis também não estavam disponíveis, foram 3 ou 4 dias depois que ficaram os números disponíveis.

Relativamente ao STAL, foi-me passada a informação e quero deixar isto aqui esclarecido que é muito importante: o anterior executivo tomou uma decisão legal, com base... legal, creio eu que seja legal e acredito que seja e foi isso que me foi passado, com base num parecer da ANAFRE e que me foi entregue. Um parecer da ANAFRE não deixa de ser um parecer, não tem é poder vinculativo e foi com essa base que eles tomaram a decisão e atenção, é importante frisar isto e eu disse isto já na última Assembleia, respeito a decisão que eles tomaram. Eu possivelmente não a teria tomado da mesma forma porque vimos onde é que este processo chegou. Um braço de ferro grande e senti a necessidade de obter um apoio jurídico para analisar esta situação e outras. À posteriori quando tive reunião com outros Presidentes de Junta que eu não tinha conhecimento que estava tudo a decorrer dentro da normalidade, sinto um reforço moral, mas isto não paga contas e eu não posso gerir os destinos desta Freguesia com base em bom senso. O bom senso é importante, mas primeiro tem de vir a lei. E aquilo que eu sempre disse foi que esta Freguesia... não existe nada, até agora, até mesmo neste parecer que diga que temos de pagar. Não existe. Este parecer que veio agora é muito vago. Agora para onde é que isto pode continuar a caminhar? Para instâncias judiciais. Eu acho que isso é de evitar e até podemos lá chegar e dizerem-nos que não temos de pagar e nós não pagamos e está tudo certo. Mas isso vai ser uma batalha longa que não se no fim alguém a vai ganhar. Isto é a minha opinião pessoal. Mas eu vou obter ainda mais esclarecimentos a nível jurídico porque este tema é um tema sensível e eu acho que não devemos nunca ir por esse caminho, ainda para mais tendo o exemplo das outras Freguesias. A decisão final que virá a ser tomada terá de ser sempre com base na sustentação legal. Quando eu tenho essa reunião com o STAL, foi quando...foi-me passada uma determinada informação, que foi o parecer da ANAFRE e uma cópia de um email e quando eu tenho a reunião com eles sou informado que tinha havido

várias correspondências eletrônicas para a Freguesia e que eu não tinha acesso às mesmas. Tentei procurar, não encontrei e no email que existia o backup não foi possível ser recuperado e eu pedi ao STAL que fizesse o favor de enviar novamente toda a documentação que já tinha havido nos anos anteriores, porque eu para todos os efeitos ao dia em que tomei posse recebi uma cópia ou duas de dois emails e havia pelo menos uns oito trocados já ao longo dos anos anteriores. Depois o técnico informático ao tentar recuperar, conseguiu recuperar o domínio, não conseguiu recuperar o backup, mas isso não interessa, andamos para a frente, temos de seguir caminho. A questão de conhecer a Freguesia, as instalações, todos vocês estão à vontade para em qualquer momento do dia poderem ir a uma instalação, menos à do Camarnal, porque aquilo tem de se pedir a chave, mas a minha ideia também seria agora no início do ano combinarmos aí um sábado, combinávamos dar uma volta pela Freguesia, para vermos as coisas que nós temos. Os Casais Novos eu por acaso tinha umas fotos preparadas, mas isto não dá para apresentar aqui, mas aí podem ir a qualquer hora. Às 8h já está lá gente, porque foram criados dois turnos para combater o problema da água quente, porque não chegava para todos e então metade dos funcionários disponibilizaram-se para entrar mais cedo e assim já não saem todos à mesma hora e permite todos tomarem banho de água quente. Combinamos um dia num fim de semana para irmos lá ver aquilo que é uma instalação recente. Relativamente à nota do presidente que o Samuel falou eu por acaso consultei esta parte jurídica e não estava lá essa informação mas vou verificar novamente e passarei a entregar isso...” Interveio novamente o eleito Samuel Ferreira que acabou por ler a lei que indica que a Informação do Presidente deverá ser enviada ao Presidente da Assembleia de Freguesia com uma antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão e indicou que o Presidente podia confirmar com o seu apoio jurídico. O Presidente do Executivo continuou dizendo: “Não, não perguntei. Geralmente como isto era sempre entregue no dia da Assembleia, nas Assembleias todas que eu participei a nota do presidente vinha no próprio dia e seguiu assim. Certamente que nas próximas Assembleias será facultado toda a documentação acerca da mesma. Em relação à ponte da Bemposta, tive a garantia por parte do executivo camarário que vai ser reparada a curto prazo. Em relação à venda do ferro velho, isso é uma situação muito particular que eu tive conhecimento no primeiro dia em que tomei posse, numa reunião com alguns trabalhadores. Esse tema foi abordado à minha frente. Eu ouvi e eu disse que desconhecia essas práticas, nunca tinha ouvido falar das mesmas. Se é algo que eu não conheço, não vou abordá-las de qualquer forma que seja porque seria injusto. Nós para falarmos de algum tema temos de o conhecer e ter provas do mesmo. Acredito que possa não ser um tema fácil de gerir ou de lidar. Para mim é fácil porque não foi comigo que

nada aconteceu e mesmo que pudesse acontecer é algo que o diz-que-disse é complicado, não podemos estar aqui... Eu também oiço muita coisa na rua, dizerem muita coisa de muita gente, mas não posso estar a dar ouvidos a isso porque senão andávamos aqui todos a apontar os dedos uns aos outros. Não digo que não seja verdade, mas não posso pegar... não tenho provas. Se é algo que eu nunca vi, não presenciei, não tenho conhecimento. Ouvei falar. Ouvir falar é uma coisa... mas aquilo que eu conheço e tenho a certeza eu posso falar sobre elas, aquilo que eu não conheço é algo que não posso falar sobre as mesmas.”

O Sr. António Filipe, eleito da CDU, tomou a palavra dizendo: “Eu até tenho alguma prova, não vou apresentar aqui hoje. Se quiser reunimos com mais alguém, até com o antigo Presidente para falarmos isso. Porque eu gostava que fosse esclarecido. Costuma-se dizer que não há fumo sem fogo e o que é certo é que a prova escrita que eu tenho de alguma situação. Não digo que seja grave, mas acho que esses valores como eu disse há pouco deviam ser aplicados noutras situações bem melhores do que onde elas foram aplicadas. E realmente tinha todo o gosto em saber o que é que se passou. Porque são dinheiros públicos, devem estar na junta, devem ser gastos na junta e não assim particularmente. Se entender averiguar melhor o assunto, podemos falar com algumas pessoas em causa, e com o antigo Presidente para ele se justificar melhor dessa situação.”

O Presidente Micael Correia, continuou dizendo: “Em relação a esse tema vou ser muito claro, não vou abordar questões com base no diz-que-disse. Não é a minha função. Acho que não seria correto, se não daqui para a frente alguém que me abordasse com uma questão - *olha, ouvi dizer isto* – vamos chamar as pessoas e vamos pô-los aqui a falar. Primeiro não é a nossa função. Existem canais onde se podem fazer denúncias, onde se podem apresentar queixas por escrito, essas provas que existem podem ser enviadas a várias entidades. Não cabe ao executivo ir agora questionar quem quer que seja acerca de uma coisa que se ouviu dizer. Uma coisa era aparecer alguém com uma fatura, com alguma prova evidente de que houve algo que tivesse lesado a Freguesia e eu aí vou ser o primeiro... tudo aquilo que eu detetar que possa não estar correto e que tenha lesado a Freguesia, se eu encontrar – não estou a dizer que encontrei – se encontrar eu tomarei as devidas ações, agora não vou de uma forma superficial abordar temas que possam manchar o bom nome das pessoas envolvidas, sejam elas quem forem, com base só numa conversa. É preciso saber provar o que se está a dizer e eu não sou jurista, não sou polícia, não sou detetive... Se isto agora durante o mandato que nós estivermos aqui, se me chegar essa informação, eu vou dizer o mesmo – apresentem-me provas disso. Não tenho como controlar uma situação dessas. É impossível. E depois podem surgir acusações que podem ser graves, podem ter implicações, para quem acusa, para o acusado.... Vamos ter

de ter alguma atenção e tentar falar de questões que sejam reais, práticas, objetivas e claras. Em relação aqui a outra questão, alguém perguntou sobre o saldo bancário. Na altura da tomada de posse, o valor que estava lá já não me recordo qual é que era, faltava lá o valor do depósito a prazo, que é aquele depósito de reserva. Aquilo que eu mencionei na altura foi que face aos valores que a Freguesia tinha e que se cumprisse o orçamento que estava estipulado para 2025, a margem financeira seria muito diminuta, o que a meu ver, acho que deixa sempre uma pessoa ali um bocadinho com um pouco de falta de ar sabendo que há uma margem muito diminuta. Por exemplo tivemos uma situação em que os funcionários responsáveis pela secção, hoje era o dia de agendar transferências, o dinheiro do estado não entrou quando devia e o único dinheiro que tínhamos de reserva numa conta a prazo foi libertado, dei autorização para se poderem agendar os pagamentos dos funcionários e entre tudo no dia que foi combinado. Nesta altura do Natal recebe-se dois ou três dias antes do prazo que é o normal e eu disse que se houve um atraso do governo central e se nós temos essa margem que é aquela margem de salvaguarda que para um mês de ordenados tem de estar sempre cativo. Todas as faturas que estão na rua para pagar e segundo o balanço financeiro, até ao final do ano temos uma margem de 15/16.000€. Relativamente ao jantar de Natal, este ano foi complicado arranjar uma data para o jantar de Natal em dezembro. Vamos fazê-lo em janeiro. Só está programado fazer entre os funcionários, acho que era assim que era feito no passado. Aliás até era para ser um almoço de Natal, mas, entretanto, há uma pessoa que não pode estar ao almoço e então vamos passar para jantar de Natal. Ainda não está certo, mas em princípio será a 9 de janeiro. Porque agora em dezembro devido às férias, era injusto estar a marcar um almoço ou jantar e depois alguns deles não poderem vir e já que é uma época que estamos todos muito ocupados, passámos isto para janeiro em já estamos todos mais desafogados e comemoramos os Reis. Outra coisa, Samuel, em relação às faturas dos arranjos eu vou pedir para serem enviadas.”

O Presidente da Assembleia solicitou à 1ª Secretária Sofia Povoia, para distribuir uma carta que o eleito pela coligação TODOS Paulo Pascoal redigiu e pediu ao mesmo para que lesse essa mesma carta, uma Recomendação endereçada à Câmara Municipal. Carta essa que ficará anexa a esta ata. A carta de recomendação para ser enviada à Câmara Municipal foi votada pela Assembleia e aprovada por unanimidade.

Tomou a palavra o eleito do PS, Pedro Pereira e passamos a citar: “Quero, em nome da banda do Partido Socialista, propor um voto de louvor à funcionária Ester Rodrigues dos Bombeiros Voluntários de Alenquer que se reformou com 36 anos de serviço e que todos nós aquando a necessidade de prestação de socorro ouvíamos aquela voz a atender-nos e sempre pronta a enviar e despachar os meios necessários para que pudéssemos ser prontamente socorridos.

Deixo aqui esta proposta de voto de louvor. Quero também deixar um voto de louvor aos atletas da Sociedade Recreativa do Camarnal e da Sociedade Recreativa de Cheganças, medalhados recentemente. Acho que seria bom o Sr. Presidente e o Executivo tentarem chegar aos nomes dos mesmos para conseguirmos fazer aqui o respetivo voto de louvor, porque todos os que nos representam e à nossa Freguesia e ao nosso Concelho devem ser formalmente elogiados e terem os respetivos votos de louvor pelo seu esforço, sacrifício e disponibilidade.”

O Presidente da Assembleia solicitou que estes pontos fossem posteriormente enviados para a Assembleia e trazidos à sessão de abril.

Antes do início do Período da Ordem do dia, o eleito Pedro Pereira solicitou ao Presidente da Assembleia que o ponto referente ao orçamento fosse votado em último lugar, uma vez que se iriam discutir pontos com influência no mesmo que varia sentido esses serem discutidos primeiro do que o ponto o orçamento. O Presidente da Assembleia explicou que o ponto do orçamento seria sempre votado em primeiro lugar em todas as Freguesias e deu início ao Período da Ordem do Dia. O eleito do PS insistiu dizendo que não faria qualquer sentido estarem a votar pontos como a aprovação do regulamento de taxas e licenças, ou os protocolos com as coletividades das Freguesias, afirmando que ao aprovarem o orçamento inicialmente, os restantes pontos ao serem discutidos mais à frente, poderão impactar de alguma forma um orçamento que foi discutido mais acima. Com a concordância de todos os presentes alterou-se então a ordem dos pontos do Período da Ordem do Dia.

Ponto 1 – Análise, Discussão e Votação da Ata de 24 de novembro de 2025

O ponto foi votado e aprovado com 10 favor a favor e 1 abstenção.

Ponto 2 – Instalação de um membro para a Assembleia de Freguesia

O Presidente da Assembleia chamou o Sr. Pedro Filipe Ladeira de Sousa para ser endossado como elemento da Assembleia de Freguesia pela coligação TODOS. O novo membro foi instalado e de seguida dirigiu-se à sua bancada.

Ponto 3 – Análise, Discussão e Votação do Regulamento de Taxas e Licenças para 2026

Interveio o Sr. António Filipe, eleito da CDU que referiu que se tem vindo a debater desde o último mandato sobre o assunto das taxas cobradas relativamente às fotocópias, dizendo que para pessoas mais desfavorecidas, 30 cêntimos por fotocópia, pode tornar-se difícil de pagar.

Referiu que o preço das mesmas devia ser baixo e que no caso de ser Presidente ou funcionário lhe custava estar a pedir 20 ou 30 cêntimos por uma fotocópia, uma vez que o preço de cada fotocópia deve custar cerca de 7 ou 8 cêntimos. Pediu para se ponderar em descer o preço das fotocópias por forma a ser um serviço mais acessível a todos.

O Presidente Micael fez questão de dar uma explicação ao Sr. António Filipe, dizendo que não fizeram qualquer revisão ao regulamento, tendo transitado os mesmos valores do anterior mandato. Disse ainda ir analisar a questão e que irá verificar se existe a possibilidade de baixar o valor ou até mesmo isentar algumas pessoas do pagamento dessa taxa. Referiu também que o serviço de fotocópias ainda é uma fatia substancial de dinheiro que se gasta mensalmente com as mesmas e que o serviço também é prestado a algumas coletividades, mas que irá analisar alguma forma de alguns setores beneficiarem com algum tipo de isenção.

Não existindo mais intervenções o ponto foi votado e aprovado com 10 votos a favor e 1 abstenção e 1 voto contra.

Ponto 4 – Análise, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para 2026

O ponto foi votado e aprovado com 12 votos a favor.

Ponto 5 – Análise, Discussão e Votação da Proposta de Protocolo com as Coletividades e Associações da Freguesia

O eleito do PS, Pedro Pereira, interveio dizendo que a bancada do PS teria uma proposta a fazer, respeitando o orçamento e referindo ainda que o apoio a todas as coletividades e associações é muito importante. Verificou que os valores da proposta para 2026 permanecem inalterados e solicitou que fosse distribuído pelos presentes uma proposta onde está refletido o valor que defendem que deverá ser atribuído a cada coletividade e associação. Defendeu que o aumento, deverá ser proporcional ao aumento na rubrica dos órgãos autárquicos, uma vez que, se existiu um aumento significativo nessa mesma rubrica, ou seja, o valor que o executivo irá receber a mais, atribuir esse aumento de forma proporcional dividindo por cada coletividade.

O Sr. António Filipe, tomou a palavra dizendo estar de acordo com o eleito do PS e frisando que existem coletividades que fazem um trabalho extraordinário e que esse trabalho, ou grande parte dele, é feito por voluntários. Defendeu que qualquer coletividade ou associação merece ser ajudada. Referiu fazer parte da Associação de Diabéticos do Concelho de Alenquer e que

verificou que existe um aumento de 50€ para 100€, sendo um importante aumento para essa associação e agradeceu o mesmo em nome de todos os que fazem parte da mesma.

A eleita Matilde Faria, interveio dizendo que se iria abster na votação uma vez que faz parte de uma das associações mencionadas e que eticamente seria o mais correto.

O eleito Diogo Figueiras tomou a palavra dizendo que ninguém entre os presentes discorda da importância das coletividades, mas que de momento não consegue analisar o documento distribuído com o detalhe que gostaria. Analisou o mesmo muito rapidamente e aponta um aumento de 25%, mas não percebe se esse aumento será distribuído pelas associações de forma igual ou se existem distinções ou qual o critério. Não se opõe à proposta e concorda com a mesma, mas gostaria que tivesse sido apresentada com alguma antecedência por forma a que todos a pudessem analisar com tempo. Diz que consegue concordar com a mesma, mas que não consegue votar.

O Sr. Paulo Pascoal interveio dizendo que todas as coletividades merecem o apoio e neste caso, um apoio financeiro. Refere que o que vê de aumentos refletidos não são nada de mais e que não está em causa o valor dizendo ainda que muitas delas mereceriam ainda mais. Perguntou ao Executivo se relativamente ao Orçamento e sendo que o estava previsto nesta rubrica seriam 32.000€ e se o aumento fosse aprovado passaria a rubrica para cerca de 47.000€, se o teriam de ir buscar o valor do aumento a outras rubricas e aí teria de existir um rearranjo orçamental. No fundo, para aumentar numa rubrica terá de se cortar numa outra, e refere que é importante perceber onde cortar.

O eleito Pedro José Pereira, tomou a palavra de seguida dizendo que não se iria alongar relativamente ao aumento das verbas nem à assertividade ou não dos valores. Referiu que os protocolos inicialmente eram protocolos de porta aberta, tomando então proporções diferentes durante o seu percurso. Disse que a bancada do PS tem como plano criar algum tipo de regulamente que balizasse a atribuição de valores, tendo em conta a atividade de cada coletividade e associação, mas nunca esquecendo a natureza do protocolo que é a porta aberta. Refere então que o objetivo principal será ajudar um pouco mais, acrescentando que nos programas eleitorais tanto do PS como do TODOS, esse era um dos pontos e reforçou então a necessidade da criação de um regulamento e disponibilizou a ajuda para o criar e definir.

O Presidente Micael tomou a palavra para explicar que a votação de um regulamento de protocolo não tem carácter obrigatório numa Assembleia de Freguesia, dizendo que o Presidente da Assembleia solicitou a inclusão desse mesmo ponto na ordem de trabalhos.

Referiu ainda que a proposta apresentada teve por base a do ano anterior. Explicou também que se a proposta apresentada pelo PS for votada, o orçamento será reprovado e que a mesma é apenas uma sugestão e que não poderá ir à votação. Destacou que a sugestão de aumento é interessante e gostaria de conseguir avançar com a proposta, mas que a prioridade será colocar aquecimento na Escola Básica de Alenquer, que são cerca de 16.000€ e que é o que está a ser pedido a mais para as coletividades. Concordou com a necessidade de criação de um regulamento, destacando a necessidade de avaliação de cada coletividade, em número de atividades, atletas/praticantes, enquadramento, por forma a conseguir-se atribuir um valor justo para cada uma. Referiu ainda que só fizeram uma pequena alteração em três associações – Rising Child, Acolher Pra Vida e Associação de Diabéticos do Concelho de Alenquer – uma vez que as mesmas prestam um apoio totalmente diferente daquele que se faz em qualquer uma das outras. Referiu mesmo e a título de exemplo que a Rising Child até poderia apoiar apenas uma criança e a mesma precisar de muito mais apoio que a SUMA ou Sport Alenquer e Benfica juntos. Reiterou a concordância com a criação de um regulamento por forma a definirem-se critérios de atribuição de apoios. Exemplificou ainda que no ano transato o que estava protocolado seriam cerca de 27.000€, mas que na realidade o que se gastou foram cerca de 43.000€, explicando de seguida que existe um valor acima, que é pago “a pedido”, ou seja, apoios para festas, etc. mas que depois ninguém sabe para onde vai o dinheiro. Disse também existirem valores dispare e que devem ser mostrados a todas as coletividades para todos perceberem que há uma que recebe mais 2.000€ ao fim do ano que a outra, para se perceber o que foi feito e com que finalidade. Indicou também que no presente ano já se gastaram cerca de 40.000€ e que a esse valor ainda terá de se juntar mais cerca de 57.000€ relativos à festa das coletividades, considerando um valor muito elevado tendo em conta o orçamento da Freguesia e os gastos fixos inerentes à mesma. Referiu também que a Freguesia recebe valores da Câmara relativo a delegações de competências, mas que apesar desse dinheiro entrar, também existe muito trabalho a fazer com o mesmo e que pretende dotar os funcionários com melhores condições de trabalho, através de equipamentos e maquinaria. Opôs-se à proposta apresentada pelo PS, dizendo que a mesma poderia vir a hipotecar o futuro económico da Freguesia e que não pode continuar a apoiar as coletividades da mesma forma como terá sido feito até aqui, uma vez que existem muitas outras prioridades, tais como o arranjo e manutenção da rede de caminhos vicinais da Freguesia.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, João Carlos David, como membro do Movimento Independente, referiu que gostaria que todas as coletividades recebessem mais apoio e reconhece que os valores apresentados pelo PS, seriam justos, mas indica que como membros

de uma Assembleia, e como já foi referido pelo eleito Pedro Pereira, que não devem pensar em partidos e que ninguém está ali para reprovar o orçamento. Propõe que o documento entregue pelo PS seja entregue ao Presidente Micael para o mesmo possa revê-lo com mais atenção durante o ano 2026. Solicitou à bancada do PS que a proposta não fosse votada por forma a dar o benefício da dúvida ao Executivo eleito.

O eleito do PS, Pedro Pereira, tomou novamente a palavra dizendo que está plenamente de acordo com o Presidente Micael quando refere que os trabalhadores devem ser munidos de melhores equipamentos para trabalharem com melhor qualidade. Referiu ainda que relativamente à Associação Rising Child – e destacando toda a importância da mesma – indicou que a ajuda que a Freguesia irá dar a mais a essa mesma Associação, não é de todo uma valiosa ajuda para a mesma. Destaca novamente que os valores apresentados são valores justos e coerentes tendo em conta a atividade cada coletividade e associação, não sendo de todo impossível, uma vez que numa das rubricas se passou de 40.000€ para 10.000€, existindo uma redução drástica de 30.000€ e o aumento global proposto são 17.500€.

O eleito do Chega, Diogo Figueiras, interveio dizendo que existe um legado menos positivo deixado pelo anterior executivo e que considera todas as bancadas deveriam assumir essa responsabilidade independentemente do partido que representam. Considera importante “*dar gás*” à Freguesia e que posteriormente irá propor a criação de uma comissão para rever o regimento, à criação de um regulamento próprio e a tudo o que foi falado na sessão.

O Presidente da Assembleia, pediu para o ponto não ser votado, uma vez que ainda irá ocorrer a reunião com as Coletividades e pediu para o mesmo só ser votado após essa mesma reunião. Todos os presentes concordaram e o ponto não foi votado.

Ponto 6 – Análise, Discussão e Votação do Orçamento de 2026

O Sr. António Filipe, eleito pela CDU, questionou se na rubrica Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos, onde existe um valor de 51.800€, se será desta rubrica o valor que os membros do Executivo irão auferir. O Presidente respondeu, mas o microfone estava desligado e não foi possível perceber o que foi dito. O Sr. António Filipe questionou se o valor constante na rubrica Suplemento de Penosidade e Insalubridade já contempla o valor de retroativos que tem sido falado e que será eventualmente pago aos funcionários. O Presidente respondeu que sim, que o valor já contempla o valor de eventuais retroativos.

O eleito do PS, Pedro Pereira, interveio indicando que a primeira rúbrica que o Sr. António Filipe questionou, no ano de 2025 tinha uma verba de 26.300€, aumentando em 2026 para 51.800€, que perfaz um total de mais 25.500€, referindo que existe um aumento de despesa relativo a 2025 e questiona o porquê desse aumento. O Presidente respondeu dizendo ser simples de responder uma vez que as pessoas que trabalham, recebem. Indicou que está na lei, que quem trabalha a tempo inteiro numa Freguesia tem de ser remunerado por isso. O eleito do PS questionou se então a Freguesia, passou de ter uma pessoa a tempo inteiro para uma pessoa a tempo inteiro e duas a meio tempo. O Presidente respondeu dizendo que por uma pessoa receber meio tempo, não significa que só trabalhe efetivamente o meio tempo, que não é um part-time. Justificou que passou apenas a existir mais um tempo inteiro que foi dividido por duas pessoas.

O eleito do PS, questionou o Presidente Micael, pelo facto da rubrica Alimentação – Refeições Confeccionadas, ter passado de 7000€ em 2025 para 25.000€ em 2026. O Presidente respondeu dizendo, sem certezas, que julga que o convívio sénior estará inserido nesta rúbrica.

O eleito do PS questionou também a rúbrica da receita Venda de Bens de Investimento, Sociedades e quase Sociedades não Financeiras, onde existe um valor de 100.000€ e pretendia ser esclarecido a que se refere. O Presidente esclareceu dizendo que a mesma se refere à Casa do Camarnal, casa essa deixada pelo anterior executivo, que foi toda restaurada em que a sua finalidade se prendia com servir de alojamento temporário a alguma família em caso de intempérie. O Presidente explicou também que sendo uma casa pequena não dará para alojar muita gente e ainda que não se justifica a casa estar fechada à espera que exista uma real necessidade de alojamento, estando a mesma com o passar do tempo a necessitar de manutenção e que será um custo acrescido para a Freguesia. A solução passará por colocar o bem à venda em hasta pública, com um preço base e disponível ao mercado tendo em conta a crise habitacional que se vive. A ideia com o valor de receita será então investir parte da mesma no estaleiro dos Casais Novos. O eleito do PS agradeceu a explicação considerando que a melhor solução seria colocar o bem a arrendar por um valor simbólico, por forma a manter o património da Freguesia e ajudando assim alguém necessitado a ter uma habitação social.

O Sr. António Filipe, interveio de seguida dizendo achar bem o investimento no estaleiro dos Casais Novos, pela necessidade de criar melhores condições aos trabalhadores, mas concorda com Pedro Pereira (PS) no sentido em que o bem devia ser usado para arrendamento para que jovens possam ter acesso a uma renda acessível.

O eleito do Chega, tomou a palavra para deixar a sugestão de a meio do ano se fazer um forecast para não se chegar ao final do ano e existirem surpresas. Relativamente à Casa do Camarnal, deixou a sua opinião dizendo que a Junta precisa de liquidez e que concorda com a venda da mesma.

O Presidente da Assembleia, João Carlos David, interveio dizendo ter ficado esclarecido com todos os pontos que foram abordados, mas que relativamente à Casa do Camarnal considera que a mesma não deverá ser vendida enquanto o estaleiro não for propriedade da Junta de Freguesia. Justificou dizendo que não faz sentido ir vender uma propriedade para depois investir em algo que ainda não é da Junta. O Presidente Micael Correia, respondeu dizendo que obviamente que não irá fazer qualquer tipo de investimento no estaleiro enquanto o mesmo não for propriedade administrativa da Junta de Freguesia.

Não tendo existido mais intervenções o ponto foi votado, tendo sido aprovado com 6 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto 7 – Análise, Discussão e Votação do Regimento 2025-2029

Uma vez que já sendo meia-noite e trinta e um minutos, o Presidente da Assembleia sugeriu a todos os presentes, o ponto ser discutido numa próxima Assembleia a ser marcada em janeiro.

Indicou também ter convocado todos os líderes das bancadas para uma reunião dia 15 de dezembro por forma a analisarem Regimento e lamenta que o Partido Socialista não tenha estado presente.

O eleito do PS, Pedro Pereira, indica ter informado o Presidente da Assembleia que não teria disponibilidade, assumindo a culpa para nenhum dos restantes membros não ter estado presente. Solicitou para que numa próxima, a convocatória seja feita pelo meio correto e com a devida antecedência, reforçando a necessidade de criação de uma comissão para a revisão do documento.

Ponto 8 – Apresentação do Código de Conduta

O Presidente da Freguesia referiu ser um documento obrigatório e que irão desta forma colocá-lo em prática, uma vez que o mesmo não existia. Explicou que antes de apresentá-lo aos funcionários, gostaria de torná-lo público para os membros da Assembleia.

O eleito do PS, Samuel Ferreira, tomou a palavra parabenizando o Sr. Presidente pela elaboração do documento e questionou apenas o facto do mesmo ter uma fonte e a mesma não estar mencionada no Código e indicou que em várias páginas existem várias referências à DGAEP, chegando à conclusão de que o mesmo foi copiado/plagiado e não adaptado à Freguesia de Alenquer. Solicitou que o mesmo fosse revisto, sem qualquer menção à DGAEP e adaptado aos funcionários da UFAlenquer.

O Presidente Micael respondeu que o documento foi pensado pelo executivo e que foi pedida ajuda para a elaboração do mesmo. Disse ir pedir ajuda ao apoio jurídico para se fazer a revisão do documento e retirar então as menções à DGAEP

Não tendo existido mais intervenções, o Presidente da Assembleia encerrou a sessão, passando depois à leitura da minuta da ata pela 1ª Secretária, Matilde Faria. A minuta da ata foi votada e aprovada com 12 votos a favor.

Desejou a todos os presentes, respetivas famílias e a todos os que estavam a ver a transmissão, umas boas festas e um feliz ano 2026.

Presidente da Mesa da Assembleia

João Calos Domingos David

João Calos David

A Primeira Secretária

Matilde Vieira Faria

Matilde Faria